

NOTA TEMÁTICA

RESUMO

A definição de extremismo violento não é consensual. Esta Nota Temática destaca alguns dos conceitos e definições mais utilizadas, ainda que a INEE não assuma uma posição em particular.

Este documento apresenta, ainda, o pensamento atual e reflete a investigação mais recente sobre a temática, bem como dá exemplos de como a educação pode contribuir para a prevenção do extremismo violento.

Prevenir o Extremismo Violento

Uma introdução à relação entre educação e prevenção do extremismo violento

O presente documento foi concebido e desenvolvido pelo subgrupo do Grupo de Trabalho da INEE sobre Política de Educação e é dedicado à reflexão sobre as questões da Juventude, Violência e Construção da Paz.

O que é o extremismo violento?

Por extremismo violento entende-se o uso da violência decorrente de um compromisso ideológico e com o intuito de concretizar determinados objetivos políticos, religiosos ou sociais (Atran, 2015). Estes atos violentos podem ser perpetrados por qualquer indivíduo ou grupo com as mais diversas crenças e ideologias.

O extremismo violento, quer se manifeste a nível mundial, nacional ou local, através de atos de violência comum, politicamente motivados ou ainda de terrorismo, pode ter impacto na sociedade de inúmeras formas. O extremismo violento desestabiliza comunidades pacíficas, muitas vezes tendo como alvo cidadãos e cidadãos comuns. Este aspeto pode levar os governos a responderem com medidas de segurança rigorosas, frequentemente destinadas a grupos específicos, suspeitos de provocarem os atentados. Uma mudança do discurso aos níveis local e mundial sobre as respostas de segurança tem contribuído para uma maior aceitação das medidas de segurança rigorosas, o que pode ter repercussões mais abrangentes no ciclo de violência continuada.

O aumento generalizado do extremismo violento nas últimas cinco décadas (Our World in Data, 2016) tem vindo a afetar a legislação e políticas de imigração em muitos países do mundo, promovendo o aumento da intolerância e do preconceito contra certos grupos e provocando o desgaste da coesão social, mesmo em sociedades normalmente estáveis. Este reforço de medidas de segurança contra grupos específicos pode exacerbar ainda mais a intolerância e suscitar respostas violentas.

Alguns equívocos relativos à localização mais frequente de ataques terroristas acabam por alimentar mal-entendidos. Ainda que os ataques terroristas aconteçam um pouco por todo o mundo, esses mesmos ataques estão geograficamente concentrados num conjunto particular de países. Por exemplo, em 2016 verificaram-se ataques terroristas em 104 países, mas 55% desses ataques tiveram lugar em 5 países (Iraque, Afeganistão, Índia, Paquistão e Filipinas) e 75% das mortes provocadas por esses ataques aconteceram, também, em cinco países (Iraque, Afeganistão, Síria, Nigéria e

Paquistão (US Department of State, 2017). Assim, é importante rever a literatura e informação disponível, assim como compreender conceitos-chave, antes de fazer suposições sobre as geografias mais frequentes dos ataques e sobre formas de prevenção desses mesmos ataques.

Radicalização

Por “radicalização” entende-se a ação ou o processo pelo qual as opiniões e o comportamento de um indivíduo se tornam significativamente diferentes dos da maioria das pessoas à sua volta (Davies, 2008). As opiniões ou posições radicais estão frequentemente associadas à defesa de mudanças políticas ou sociais, parciais ou totais (Oxford English Living Dictionaries, 2017). Ainda assim, ter opiniões ou crenças radicais não é necessariamente nocivo. No entanto, se uma pessoa ou um grupo recorre à violência para justificar ou alcançar as mudanças que deseja, trata-se geralmente de uma situação de “extremismo violento” (Christmann, 2012).

Não existe consenso generalizado ou entendimento partilhado das causas da radicalização ou em que momento esta se torna problemática. Por vezes, as opiniões radicais apenas são consideradas nocivas quando violam as liberdades de terceiros, seja mediante violência verbal ou física. Noutras situações, a incitação à violência, ou mesmo a simples expressão de pontos de vista extremos, é considerada nociva e problemática. Outras visões sobre este tópico, relacionadas com a liberdade de pensamento e expressão, variam em função do país, da cultura, do contexto e da opinião pessoal. O que é evidente é a necessidade de empenhar mais esforços para compreender a relação entre radicalização e extremismo violento e os processos que levam da radicalização ao extremismo violento, bem como de esclarecer os termos e conceitos utilizados para descrever estas questões. Este documento limita-se a apresentar o pensamento e as definições com as quais se trabalha atualmente, particularmente as que dão enfoque à análise dos fatores que levam grupos ou indivíduos a recorrerem à radicalização que, por sua vez, conduza à violência.

Fatores de “repulsão” e de “atração”

Uma forma de compreender os fatores que podem levar à radicalização ou ao extremismo violento é a ideia de influências de “repulsão” e “atração”.

Os “**fatores de repulsão**” podem incluir: marginalização, desigualdade, discriminação, perseguição ou a percepção destes, a negação de direitos e liberdades civis; e situações de injustiça relacionadas com fatores ambientais, históricos ou socioeconômicos, de novo, reais ou percebidas. O conhecimento resultante de estudos sobre a relação entre educação, conflitos violentos e construção da paz ilustram o número de situações deste tipo associadas a injustiças sociais estruturais que podem induzir indivíduos ou grupos a recorrer a atos de violência que, em alguns casos (embora não exclusivamente), são impulsionados por ideologias extremistas (*ver, por exemplo, Novelli, Lopes Cardozo e Smith, 2017*).

Os “**fatores de atração**”, em contrapartida, podem alimentar o apelo ao extremismo violento ao nível individual e psicossocial. A título de exemplo, os grupos extremistas violentos podem constituir uma fonte de rendimento, prestação de serviços e emprego. Os grupos podem atrair novos membros, oferecendo “soluções” para injustiças, a promessa de esperança, justiça e um sentido de propósito e pertença. Esta rede social pode constituir um importante fator de atração para a juventude, na medida em que os grupos extremistas oferecem aos jovens uma sensação de aceitação e validação (*UNESCO, 2016*).

No entanto, continuam a existir muito poucas evidências se estes fatores de repulsa ou de atração influenciam, de que forma e em que medida as escolhas das pessoas, levando-as a integrar grupos extremistas ou a cometer atos de violência.

O que significa prevenir o extremismo violento?

Prevenção do Extremismo Violento traduz uma abordagem que visa tratar as causas profundas do extremismo violento através de abordagens

não coercivas. Num contexto educativo, prevenir o extremismo violento pode passar, por exemplo, por trabalhar com as escolas no sentido de dar resposta aos “fatores de repulsão” associados à desigualdade nos programas curriculares, por exemplo, construindo confiança e promovendo a tolerância entre diversos grupos de crianças e jovens, bem como, fortalecendo a coesão social da comunidade. As escolas podem assumir-se como um espaço para o fortalecimento de relações dentro de uma comunidade, reunindo grupos de diversas etnias, culturas e ideologias, que cooperam em favor da educação dos seus filhos e filhas. A construção de relações baseadas na confiança dentro das comunidades é uma componente essencial na Prevenção de Extremismo Violento. Numa perspetiva de construção sustentável da paz, a prevenção de atos de violência e formas mais estruturais de injustiças e conflitos violentos exige um compromisso real no setor de educação em termos de governação, políticas e implementação (*Smith, Datzberger e McCully, 2016*).

“Contraterrorismo” versus “Prevenção do Extremismo Violento”

As medidas de contraterrorismo tradicionais centram-se em impedir que haja oportunidade de atividade terrorista através do desmantelamento de grupos terroristas reconhecidos. Em contrapartida, a prevenção de extremismo violento visa chegar à raiz do extremismo violento, questionando os “fatores de repulsão” e “de atração” que podem levar à radicalização e à violência. A sua finalidade é prevenir o recrutamento de indivíduos por grupos extremistas violentos, oferecendo alternativas positivas ao envolvimento ou reincidência em ações de extremismo violento (*Zeiger, 2015*).

Além disso, procura-se igualmente evitar a propagação do extremismo violento, estimulando a resiliência e o pensamento crítico de cidadãos e cidadãs e reforçando o seu empenho a favor da não violência e da paz (*UNESCO, 2017*). Para realizar um trabalho no domínio da prevenção é necessária uma análise específica do contexto das causas profundas que conduzem a atos de violência impulsionados por ideologias extremistas, a fim de desenvolver respostas e abordagens significativas e

sustentáveis.

Prevenir o extremismo violento carece de uma abordagem específica do contexto e pode ser realizada a vários níveis:

- **Pessoas:** cooperar com múltiplas partes interessadas a todos os níveis da sociedade para promover atividades e comportamentos que possam mitigar a ameaça de extremismo violento e desencorajar as pessoas de aderirem a grupos extremistas violentos. Estas partes interessadas podem ser, por exemplo, agentes da polícia, professores/as, assistentes sociais, especialistas em proteção infantil, autoridades sanitárias, líderes religiosos e comunitários, pais, mães e jovens, incluindo organizações lideradas por jovens e direcionadas para estes (escolas, clubes desportivos, clubes de arte, etc.).
- **Programas:** reforçar a capacidade dos agentes nacionais, regionais e comunitários para apoiar e aplicar programas, existentes ou que possam surgir, que tornem os indivíduos e as comunidades menos suscetíveis ao extremismo violento ou que ofereçam alternativas positivas e pertinentes àqueles que correm o risco de serem recrutados por grupos extremistas.
- **Políticas e governação:** trabalhar ao nível do governo nacional ou local a fim de incentivar a governação dos sistemas educativos formais e a consequente conceção e implementação de políticas para abordar os motores estruturais das desigualdades e tensões sociais.

Uma abordagem sustentável à construção da paz através de sistemas e programas educativos deveria ter em conta quatro dimensões interligadas (Novelli, Lopes Cardozo e Smith, 2017) e conceptualizadas como “4R”:

1. **Redistribuição** – a alocação e redistribuição de recursos, ou a análise do facto das escolas ou espaços de aprendizagem operarem de forma integrada ou, pelo contrário, de forma paralela ou isolada;
2. **Reconhecimento** – desenvolver programas inclusivos, comparativos e com currículo relevante que façam justiça à diversidade existente (étnica, linguística, religiosa, de género ou outra), para garantir que a educação apoia a construção identitária dos alunos e alunas numa perspetiva de respeito e pluralidade;
3. **Representação** – perceber de que forma os processos de formulação, implementação e tomada de decisões no domínio da política educativa englobam vozes e perspetivas múltiplas, nomeadamente as de grupos marginalizados (estudantes, professores, etc.), aos níveis nacional, local e da escola;
4. **Reconciliação** - analisar a forma pela qual os sistemas e recursos educativos e as interações de aprendizagem lidam com queixas e tensões do passado e negociam meios não violentos para promover a coesão social e sociedades pluralistas (ver também Datzberger, Smith e McCully, 2016; Sayed e Novelli, 2016; Lopes Cardozo, Higgins e Le Mat, 2016).

Porquê falar de Educação e Prevenção do Extremismo Violento?

A importância de fazer face ao extremismo violento tem despertado atenção a nível global, especialmente no que respeita ao seu impacto nas crianças e nos jovens e ao seu potencial papel na prevenção. Esta questão foi reconhecida e apoiada internacionalmente através da Agenda de Ação pela Juventude, apresentada na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, bem como através da aprovação da Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Juventude, Paz e Segurança. Além disso, o Plano de Ação das Nações Unidas para Prevenir o Extremismo Violento, lançado em 2015, salienta a importância de uma educação de qualidade na redução da pobreza e da marginalização social, bem como na promoção do respeito pelos direitos humanos e pela diversidade, no desenvolvimento do pensamento crítico e no contributo para a coexistência pacífica e a tolerância (Conselho de Segurança da ONU, 2015; Relatório do Secretário-

Geral, 2015; UNESCO 2016). Estes programas internacionais afirmam a importância da educação na redução da violência e no contributo para sociedades harmoniosas.

Mesmo assim, a complexa relação entre educação, radicalização e extremismo violento não é totalmente compreendida (Zeiger, 2014). Tem-se argumentado que a educação possui duas “faces”. Por um lado, pode promover a inclusão, reforçar a coesão social, apoiar o desenvolvimento emocional da criança e contribuir para a afirmação de cidadãos e cidadãs empenhadas (Bush e Salterili, 2000). Por outro lado, a educação pode exacerbar as tensões e divisões existentes, incentivar a exclusão e a desigualdade e promover ideologias e comportamentos prejudiciais (Bush e Salterili, 2000). Consequentemente, as iniciativas no domínio da educação devem procurar, dentro e fora da sala de aula e no âmbito dos mecanismos mais amplos de governação, inclusão e representação, abordar as causas profundas subjacentes a diversas formas de violência e extremismo violento. A educação pode desempenhar um papel fundamental na abordagem aos “fatores de repulsão” e “de atração” que levam ao extremismo violento e a outras formas de violência (Fórum Mundial Contra o Terrorismo, 2014).

Abaixo estão listados alguns exemplos de como a educação pode contribuir para a prevenção da violência:

- 1. Currículo, manuais escolares e abordagens pedagógicas:** Os currículos e materiais pedagógicos não devem promover apenas um ponto de vista, por exemplo servindo-se das aulas de história para apresentar uma visão tendenciosa de acontecimentos passados. Os currículos devem encorajar múltiplos pontos de vista e estimular o desenvolvimento de competências de pensamento crítico. Os aspetos que contribuem para a marginalização e a exclusão devem ser contornados aquando do desenvolvimento ou reforma curricular, assim como no ensino e formação de professores e professoras. Os materiais educativos e pedagógicos (de ensino e de aprendizagem) devem estar isentos de todos os estereótipos que estimulem a divisão,
- 2. Professores/as:** Os professores e professoras

devem ser recrutados de forma a representarem um leque diversificado de grupos sociais e étnicos e diferentes pontos de vista dentro de uma sociedade. Quando o corpo docente é constituído por elementos de apenas um grupo social, esse facto pode reforçar as desigualdades existentes na sociedade e servir para agravar a divisão. Os professores devem ser apoiados e formados para proporcionarem uma experiência de aprendizagem de qualidade, pertinente e inclusiva a todas as crianças. Os professores e professoras podem servir de ponte entre as escolas, as famílias e a comunidade em geral, de modo a garantir que todas as partes interessadas trabalham para um objetivo comum de apoio e assistência a alunos e alunas em risco (UNESCO, 2017; Sayed e Novelli, 2016).

- 3. Crianças e jovens:** A educação deve ter em conta as vozes das crianças e dos jovens e conferir-lhes poder sobre as suas próprias vidas. A educação deve apoiar cada aluno e aluna - independentemente da idade, género, raça, crenças religiosas ou opiniões políticas - enquanto uma pessoa com opiniões, necessidades e aspirações individuais. A Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas insta os Estados Membros a dar mais voz aos e às jovens na tomada de decisões a nível local, nacional, regional e internacional e insiste na necessidade de permitir que os e as jovens se tornem agentes de mudança nas respetivas comunidades.
- 4. Escolas e Instituições Educativas:** As escolas devem proporcionar um ambiente de questionamento crítico, numa perspetiva de respeito, conhecimento intercultural e harmonia. As escolas devem participar na comunidade, incluindo instituições religiosas e políticas, e garantir um espaço seguro para todas as pessoas, incluindo minorias e estudantes não tradicionais (designadamente migrantes em novas comunidades de acolhimento). As escolas desempenham um papel importante na projeção ou inibição das vozes da juventude. Neste sentido, devem permitir a participação e expressão dos jovens. As escolas podem igualmente ajudar os e as jovens a desenvolverem novas narrativas, baseadas na resolução de conflitos por oposição à violência.

5. Espaços seguros: As comunidades devem garantir a segurança das escolas. Segurança para as frequentar e segurança no acesso às mesmas - para rapazes e raparigas; espaços seguros de debate de opiniões diferente e ambientes seguros para aprender novas ideias e competências, com mecanismos para desencorajar e prevenir o assédio escolar e todas as formas de violência, sejam elas perpetradas por estudantes ou pelo corpo docente (UNESCO, 2017).

6. Acesso: O acesso à educação deve ser universal. O estatuto socioeconómico, do mesmo modo que o género, a etnia, a língua, a religião ou a orientação sexual, não podem constituir um obstáculo a uma educação de qualidade.

7. Avaliação dos riscos e proteção dos agentes educativos: tendo em conta a natureza complexa e muitas vezes sensível dos mecanismos educativos, é necessário envidar esforços de prevenção da violência (nas suas diversas formas), é necessário investir em programas e investigação complementar para detetar os potenciais riscos para as escolas, os e as educadoras e estudantes. As tentativas de banir a violência ou ideologias extremistas consideradas violentas, as quais não se conhecem, não se compreendem ou se reconhecem as várias nuances decorrentes do contexto, podem (involuntariamente) levar a um aumento da estigmatização, dos estereótipos ou das divisões étnicas, referidos noutros âmbitos como a “face negativa” da educação (Bush e Salterili, 2000). Além disso, professores, alunos e alunas, profissionais de educação são, cada vez mais, vítimas de ataques violentos diretos. Qualquer programa concebido com o objetivo de prevenir o extremismo violento deve ter em conta a vulnerabilidade dos e das profissionais do setor de educação e os estudantes, assim como do contexto local onde o programa será implementado. A proteção e segurança de profissionais e estudantes deve ser a prioridade de qualquer programa deste género. Há um apelo global, nomeadamente através de ações de *advocacy*, em favor da proteção da educação de ataques diretos. Para mais informação consultar a

página oficial da Coligação Global para Proteger a Educação de Ataque –www.protectingeducation.org.

Embora não sejam necessariamente suficientes para afastar a ameaça de extremismo violento, estas considerações podem contribuir para a promoção de sociedades pacíficas e equitativas e ambientes favoráveis, em que as crianças e os jovens se sintam capazes de exprimir os seus pontos de vista, lidar com questões complexas e encontrar oportunidades significativas de se envolverem nas suas comunidades e na sociedade.

A fim de apoiar estes esforços de Prevenção do Extremismo Violento, a INEE reuniu um conjunto de recursos em matéria de educação e prevenção do extremismo violento provenientes de todo o mundo, o que pode ser útil para decisores políticos, professores/as, diretores/as de instituições de ensino, formadores/as e investigadores/as a compreenderem melhor a relação entre educação e extremismo violento e a promoverem a “face” positiva da educação.

**Para mais informação, consultar
www.ineesite.org/pt/prevenir-o-extremismo-violento**

Referências

- Atran, S. (2015). "Role of Youth: Countering Violent Extremism, Promoting Peace, Addressing the UN Security Council." *Psychology Today*. Retirado de: <https://www.psychologytoday.com/blog/in-gods-we-trust/201505/role-youth-countering-violent-extremism-promoting-peace>
- Borum, R. (2011). "Radicalization into Violent Extremism I: A Review of Social Science Theories." *Journal of Strategic Security* 4(4): 7-36. Retirado de: <http://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1139&context=jss>
- Bush, K. D. & Salterili, D. (2000). *The Two Faces of Education in Ethnic Conflict: Towards a Peacebuilding Education for Children*. Florença, Itália: UNICEF e Innocenti Insight. Retirado de: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/insight4.pdf>
- Christmann, K. (2012). *Preventing Religious Radicalisation and Violent Extremism A Systematic Review of the Research Evidence*. Londres: Youth Justice Board for England and Wales. Retirado de: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/396030/preventing-violent-extremism-systematic-review.pdf
- Conselho de Segurança da ONU. (2015) Resolução 2250, Adotada em dezembro de 2015. Retirado de: <http://unoy.org/wp-content/uploads/SCR-2250.pdf>
- Datzberger, S., Smith, A., & McCully, A. M. (2016). *The Integration of Education and Peacebuilding – Synthesis Report on findings from Myanmar, Pakistan, South Africa and Uganda*. Universidade de Ulster, Irlanda. Retirado de: <https://educationanddevelopment.files.wordpress.com/2014/11/policy-synthesis-report-final-16.pdf>
- Davies, L. (2008). *Educating against extremism*. Stoke on Trent, Reino Unido: Trentham Books. Fórum Mundial contra o Terrorismo. (2014). "Abu Dhabi Memorandum on Good Practices for Education and Countering Violent Extremism." Retirado de: https://www.thegctf.org/documents/10162/159880/14Sept19_GCTF+Abu+Dhabi+Memorandum.pdf
- Khalil, J. e Zeuthen, M. (2016). *Countering Violent Extremism and Risk Reduction: A Guide to Programme Design and Evaluation*. Relatório RUSI Whitehall 2-16. Londres: Stephen Austin and Sons, Ltd. Retirado de: https://rusi.org/sites/default/files/20160608_cve_and_rr.combined.online4.pdf
- Lopes Cardozo, M.T.A., Higgins, S., Le Mat, M.L.J. (2016). *Youth Agency and Peacebuilding: an analysis of the role of formal and non-formal education Synthesis report on findings from Myanmar, Pakistan, South Africa and Uganda*. Universidade de Amesterdão: Consórcio de Investigação sobre Educação e Construção da Paz. Retirado de: <https://educationanddevelopment.files.wordpress.com/2016/06/youth-agency-synthesis-report-final16.pdf>
- Novelli, M., Lopes Cardozo, M.T.A., Smith, A. (2017). "A Theoretical Framework for Analysing the Contribution of Education to Sustainable Peacebuilding: 4Rs in Conflict-Affected Contexts." *Journal for Education in Emergencies*. Retirado de: http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/JEiE_V3_N1__4Rs_Framework.pdf
- Oxford English Living Dictionaries. (2017). Oxford Dictionaries|Inglês. Retirado de: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/radical>
- Relatório do Secretário-Geral. (2015). *Plan of Action to Prevent Violent Extremism for the UN General Assembly*, 24 de dezembro de 2015. Retirado de: <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en/plan-action-prevent-violent-extremism>
- Roser, M., Nagdy M., and Ritchie, H. (2018). "Terrorism". Publicado on-line em OurWorldInData.org. Retirado de: <https://ourworldindata.org/terrorism>
- Sayed, Y., & Novelli, M. (2016). *The Role of Teachers in Peacebuilding and Social Cohesion: A synthesis report of South Africa, Uganda, Pakistan and Myanmar case studies*. Consórcio de Investigação no domínio da Educação e da Construção da Paz, Universidade de Sussex, Reino Unido. Retirado de: <https://educationanddevelopment.files.wordpress.com/2014/11/role-of-teachers-synthesis-report-final16.pdf>
- The Washington Institute for Near East Policy. (2009). *Rewriting the Narrative: An Integrated Strategy for Counterradicalization*. Retirado de: <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PTF2-Counterradicalization.pdf>
- UNESCO. (2016). *A Teacher's Guide to Preventing Violent Extremism*. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244676e.pdf>
- UNESCO. (2017) *Preventing violent extremism through education: a guide for policy-makers*. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002477/247764e.pdf>
- US Department of State. (2017). *Annex of Statistical Information - Country Reports on Terrorism 2016*. Maryland: National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism at the University of Maryland. Retirado de: <https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2016/272241.html>
- USAID. (2009). *Guide to the Drivers of Violent Extremism*. Retirado de: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadt978.pdf
- Zeiger, S. (2014). *Education and Countering Violent Extremism*. Hedayah. Retirado de: <http://www.hedayah.ae/pdf/cve-research-brief-2.pdf>
- Zeiger, S. (2015). "Countering Violent Extremism and Education." Mesa Redonda da INEE de 21 de outubro de 2015. Retirado de: http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/1_Sara_Zeiger_Hedayah_CVE_INEE_Roundtable_Oct_2015.pdf